

“BRANQUEAMENTO” COMO POLÍTICA BRASILEIRA DE EXCLUSÃO SOCIAL DOS NEGROS (SÉCULOS 19 E 20)

Gilberto de Abreu Sodré Carvalho

Resumo: *Esta é uma breve visão crítica do “branqueamento” – ou seja, as imigrações dos séculos 19 e 20 - como medida para evitarem-se os enormes e demorados esforços de educação, nutrição e treinamento profissional dos homens e mulheres negras livres para as precisões do capitalismo. A aliança de interesses da arcaica elite do século 19 e novos imigrantes resultou em um século 21 com grandes diferenças sociais, à imagem do tempo da escravidão.*

Abstract: *This is a brief critical view of the “branqueamento” (‘whitening’) – that is the 19th and 20th centuries immigrations into Brazil - as a measure to avoid the huge and time-consuming effort of educating, nourishing and job-training black freepersons for the needs of capitalism. The alliance of interests between the archaic elite of the 19th century and the new immigrants resulted in a 21st century of impressive social differences, similar to times of slavery.*

Sumário

O “branqueamento” como política de Estado

Os novos imigrantes e o “branqueamento”

Aceitação do “branqueamento” pelos miseráveis

Conclusão

Referências

O “branqueamento” como política de Estado

A doutrina do “branqueamento” teve o seu formulador no francês Arthur de Gobineau, que esteve no Brasil em missão oficial da França e foi amigo do Imperador d. Pedro II.

O livro de Gobineau sobre a desigualdade das raças humanas, publicado em 1853, diz ser a raça branca a superior. Não se importa com as condicionantes culturais e de meio ambiente que explicariam as diferenças de desempenho; além de a dominação escravocrata incluir, como preceito, a imposição do analfabetismo aos negros.

Para o francês, o Brasil não teria futuro se não se “branqueasse”, se não se livrasse dos negros. Tais afirmações serviam, maravilhosamente, para justificar a vinda de europeus para o trabalho braçal, normalmente atribuição de escravos. Assim, suas concepções serviram de base “científica” para a política de “branqueamento”. A escravidão estava falida, sendo preciso uma alternativa que se fosse firmando com o tempo. O Brasil estava, a usarmos a linguagem de hoje, “sendo repensado”.

O Brasil precisava parecer com os “povos civilizados”. O operariado era de ser branco, como se via na Europa. Precisávamos nos mostrar um povo possível, sem escravismo, mas também sem lembrança do mesmo escravismo, ou seja: sem os negros e os muito pardos.

O “branqueamento”, junto ao desprezo pelo negro, é a política racista da Coroa imperial e dos governos republicanos, nos séculos 19 e 20, até 1930, ao menos. Em seguida, o processo continua por dinâmica própria; não mais conduzido pelo Governo. É o racismo à brasileira que se combina com a estratégica negação de educação igual e saúde de qualidade ao povo pobre em geral, que sucedeu aos escravos. Pela política, em referência, seria adequado ao Brasil branco, ou àquele que se queria ligado à Europa, “branquear-se” na sua população obreira.ⁱ

Os negros eram a evidência material da miscigenação havida. Mesmo naqueles tempos, a concepção de “limpeza étnica” explícita não seria bem vista. Era melhor fingir que os milhões de novos imigrantes, vindos organizadamente com suas famílias e parentes, fossem “melhorar” ou contrabalançar a população negra, miserável e analfabeta por imposição de seus senhores.

Seguindo-se às imigrações durante o século 19, a oportunidade histórica para “branquear”, na passagem do século 19 para o 20, era boa para os planejadores ligados às oligarquias. Os negros ex-escravos, seus filhos e netos estavam-se reduzindo em número, formidavelmente. Morriam muito mais que os outros, uma vez que intencionalmente desassistidos. Por efeito da melancolia,

procriavam pouco. Tornavam-se bêbados e criminosos; ou seja, desprezíveis. Quem sabe em cinquenta anos, ou mais, se poderia ter uma população trabalhadora majoritariamente branca? As previsões de quando o “branqueamento” iria ser comemorado como um sucesso dependia do otimismo dos políticos e “pensadores” racistas: cinquenta anos, setenta, cem. A expectativa era de que os negros e mulatos escuros iriam desaparecer, por inteiro. A limpeza étnica ia dar certo, como produto do “branqueamento” e das doenças que matavam os miseráveis.

Os novos imigrantes e o “branqueamento”

Em 1818, famílias suíças ingressaram no Brasil. Logo em 1824, vieram os alemães. Todas foram para a região serrana fluminense. Mas é entre o final do século 19 e o começo do século 20, que a nossa história luso-afro-indígena leva um formidável solavanco estrutural, com a entrada numerosa de novos imigrantes, especialmente, italianos, portugueses (novos ingressos), alemães, espanhóis etc. No conjunto, contam-se os novos imigrantes em cinco milhões de indivíduos, até os anos 1950.

A presença dos novos imigrantes (os antigos imigrantes são os vindos de Portugal e suas ilhas, a gosto ou por degredo; e os vindos da África, como escravos) vai significar que a produção econômica finalmente se dirige ao capitalismo industrial, já há muito em curso na Europa e nos Estados Unidos.

Em lugar do ingresso dos novos imigrantes, a solução para a necessidade de braços para a agricultura do café e industrialização poderia ter sido o desenvolvimento social dos negros, mulatos, caboclos e miseráveis. Seria dar-lhes oportunidade para crescerem como segmento social. Dar-lhes treinamento, nutrição, renda, saúde e, em especial, educação. Educação que os levasse e aos seus filhos à cidadania política verdadeira. Seria liquidar o imenso passivo histórico da escravidão. Isto não foi feito. Não era para ser feito. Havia brasileiros muito menos brasileiros que os outros. Os negros remetiam à escravatura e à não cidadania; eram objeto de propriedade na memória cultural. Eram não brasileiros.

A cultura branca e o sistema político-econômico estavam em perigo. O propósito da elite dirigente era de superar sua dependência mutualista dos escravos africanos. A intenção era de sobreviver mediante a “parceria” com os assalariados brancos vindos do exterior; sendo os escravos e alforriados excluídos dessa aliança.

Aceitação do “branqueamento” pelos miseráveis

O governo e as elites brancas mestiçadas introjetaram nos negros e mestiços mais escuros a ideia de que eram elementos inferiores. Não faziam parte da brasilidade, filha e sucessora da portugalidade e da missão civilizatória do homem branco. A cultura europeia era superior a todas, e os brancos, seus agentes, eram intrinsecamente superiores. Não pelas melhores oportunidades que tiveram (negadas absolutamente aos escravos), mas porque eram de raça superior que deveria sujeitar todas as outras.

A rejeição ao negro, até por ele mesmo, a quem se impôs a mais baixa autoestima, fez com que o “branqueamento” fosse efetivo. Hoje, apenas em certas regiões de Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro se observam grandes populações de negros “retintos”, como se usava dizer. No resto do país, têm-se mestiços mais ou menos escuros, mas já mestiços.

No Brasil contemporâneo, existem pessoas com DNAs europeus majoritários que parecem externamente (cor, cabelos e/ou feições) mais negras, ou menos brancas, que outras de percentagem menor de DNA europeu. Isto é simples de entender quando se observa que irmãos de mesmos pais (mesma carga genética) são diferentes em caracteres externos; o que dizer de não irmãos. Tal fato, atestado por inúmeras pesquisas recentesⁱⁱ, é decorrente de o processo social de “branqueamento” dar maior amplitude de escolha para as pessoas de maior poder econômico e menor para os pobres. Isto leva a que o “branqueamento” por cor, cabelo e feições seja maior entre os de maior renda e menor entre as pessoas mais pobres, ainda que as doses de ancestralidade europeia, ou de DNA “branco”, tendam a ser aproximar muitíssimo mais do que indicam as aparências. No Brasil, as aparências sempre enganam.

A entrada dos novos imigrantes fez com que os brancos, ou os que se achavam brancos, representados pela elite político-econômica, pudessem negar-se ao enorme esforço para a educação e inserção social dos ex-escravos e descendentes no mundo do capitalismo industrial. Do mesmo modo, por força do processo de industrialização e crescimento de renda, fez com que os filhos, os netos e os bisnetos dos novos imigrantes, transplantados com seus valores morais, cultura, alfabetismo, e em meio a famílias inteiras, rapidamente penetrassem a elite econômica e social e o estamento político.

Em suma, o passivo histórico, enormemente pesado, com a escravatura não é pago; é deixado de lado, como se não existisse. A urgência de se remodelar e desenvolver economicamente o Brasil, em favor dos interesses das oligarquias, é mais importante que – ou mesmo exclui, por ser radicalmente irreconciliável – o desenvolvimento social do povo simples preexistente.

O “branqueamento” inaugura o assistencialismo, o salvacionismo, a técnica do “pai-dos-pobres” e o populismo. Ou seja, tudo que mantenha inerte, inerme e disponível para o trabalho físico pesado, a população ex-escrava.

Ao mesmo tempo, a função do “homem branco” passa ao plano abstrato; prescinde do fato de se ser branco: o “branqueado” cultural, por força de sua função social de mando, pode lhe fazer o papel.

A ideia de “democracia racial” como inventada por Gilberto Freyre é visão desfocadaⁱⁱⁱ. Não faz sentido falar-se em democracia racial quando não há nem mesmo uma plena democracia brasileira, com efetiva representação popular no Congresso. Por evidente, a causa da absurda desigualdade social brasileira é a permanência da exclusão dos ex-escravos, negros e mestiços, na corrente história social e na dinâmica sociológica das populações brasileiras pobres. Há racismo camuflado de preconceito social contra o mais pobre e preconceito social que se confunde com racismo por coincidir com a maior negritude da pessoa em restrição ou exclusão. O negro é excluído porque é pobre. É pobre, no entanto, porque nasceu de pobres impedidos, ou excluídos, de qualquer oportunidade, a quem se impôs o analfabetismo e a baixa autoestima. Indo-se fundo na história: nasceu de negros^{iv}. De seu lado, o arcaísmo político e a nossa democracia hierárquica (que nega a igualdade de oportunidades) precisam, para manter-se, do majoritário contingente de pobres e ignorantes. Ou seja, a ignorância determina sujeição; essa última garante a perpetuidade da ignorância.

Conclusão

A pobreza e a indigência educacional e cívica da grande maioria dos brasileiros são resultado de uma causa fundamental. Qual seria essa causa? Não se ter incluído, “*porque não se precisava*”, o majoritário contingente de negros e mestiços pobres no pacto social informal que foi o ingresso dos cinco milhões de imigrantes entre o século 19 e 20.

Isso leva os nossos governantes e nossas elites, em sua autodefesa, à política de manutenção da indigência educacional no Brasil. Caso houvesse educação de efetiva qualidade por uns 25 anos seguidos (fazendo-se com que pais educados otimizem a educação melhor ainda de seus filhos), a democracia real se instalaria no nosso país, com outro tipo de políticos.

Qual seria tal democracia real? Respondo: a imposição popular de governantes que atendam, como serventes, os interesses do povo por permanente educação de qualidade, saúde, padrão FIFA, energia elétrica norte-americana, honestidade dos políticos de padrão nipônico, nutrição infantil britânica, telefonia europeia, transportes de primeiro mundo, reforma agrária ampla e

racional, segurança japonesa, e igualdade de oportunidades, desde o nascer, para todos; independentemente de cor, de origem e condição econômica dos pais.

Isso feito, a dívida moral da elite do século 19, com os escravos e a escravatura, será paga nas pessoas dos descendentes reais e/ou morais dos negros.

As políticas governamentais, que determinam cotas, compensações e bolsas, em uma série de situações, para os negros, pardos e pobres ainda que positivas, não vão ao cerne da questão. São eminentemente assistencialistas; como que políticas do “Bondoso Senhor de Engenho”. O mesmo se pode dizer dos programas de inclusão social por meio do esporte, artesanato, dança, circo e música. Fingem, muito hipocritamente, pagar o débito histórico do Brasil com os descendentes, no todo ou em parte, dos ex-escravos brasileiros. O progresso ou desenvolvimento social brasileiro só ocorrerá com governantes servis e humildemente submissos aos interesses do povo há muito descartados.

REFERÊNCIAS:

ANDREWS, George Reid. *Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru: EDUSP, 1998.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: Momentos Decisivos*, 9ª edição. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

FRY, Peter; MAGGIE, Yvonne (organizadores). *Divisões Perigosas – Políticas Raciais no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

PAINTER, Nell Irvin. *The History of White People*. New York: W. W. Norton & Company, 2010.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco – Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

ⁱ Skidmore, 1976; Andrews, 1998.

ⁱⁱ É o que consta de todos os estudos com base no DNA, feitos no Brasil, no final de 2010. As políticas governamentais de compensação por raça negra nos acessos à Universidade e a cargos de concurso público favorecem os mais negros na aparência externa, daí a ideia de autodeclaração da origem negra em lugar de investigação por DNA. Ler sobre racismo no Brasil atual a coletânea de Fry e Maggie (2007).

ⁱⁱⁱ Emília Viotti da Costa (2010: 377-382) dá uma visão muito boa do mito da “democracia racial”. Relata uma antiga história contada a respeito do grande escritor Machado de Assis. Quando Machado de Assis morreu, o seu amigo José Veríssimo escreveu sobre aquele homem brilhante de origem modestíssima e de ancestrais negros. Veríssimo, para mostrar a contundência da ascensão pelo mérito, referiu-se ao literato como o “mulato Machado de Assis”. Joaquim Nabuco, famoso político branco e abolicionista, não gostou dessa referência direta à cor de falecido. Pediu a Veríssimo que a eliminasse quando fosse republicar o seu artigo jornalístico em livro. “Mulato” seria uma palavra pejorativa, imprópria. Não faria sentido elogiar-se alguém e chamá-lo de mulato. Referir-se a negros e mulatos como sendo negros e mulatos seria causar constrangimento, uma vez que a situação de dominação, seja econômica ou intelectual, era sempre europeia, impossivelmente africana. Do lado dos mestiços e negros, a mesma preocupação, de se sentirem brancos, ocorria. Eram-no, por adoção. Machado casara-se com uma branca. Escrevera sobre personagens brancos; nada sobre os escravos. Tivera atitude discreta quando da Abolição. Vivia a ambiguidade de sua posição no mundo dos brancos.

^{iv}Painter (2010:396), no último parágrafo do seu livro, resume o que está acontecendo com as relações raciais e o racismo, nos Estados Unidos. Nell Irvin Painter é historiadora americana negra. A sua avaliação mostra que passou a existir certa aproximação entre o racismo brasileiro e o americano. Painter escreve (a tradução livre é minha): *A relação binária preto/branco se mantém, ainda que a categoria da branquitude – ou se poderia dizer, mais precisamente, a categoria do não-preto – se amplie efetivamente. Como antes, o preto pobre fica fora do conceito de “o” americano, sendo de uma “raça alienígena” de “famílias degeneradas”. Uma classe média multicultural poderá estar diversificando os subúrbios e os campi; mas a face dos míseros bairros segregados continua preta. Por um bom tempo, muitos observadores assumiram que dinheiro e sexo inter-racial resolveriam o problema, e de fato, em certos casos, fizeram isso. No entanto, pobreza na pele escura permanece o oposto da branquitude, sob o desejo social de uma era: o de tomar o pobre como permanentemente outro e inerentemente inferior. Se alguém é, ao mesmo tempo, pobre e preto, manifesta ainda mais pobreza e ainda mais negritude. A memória de os brancos já terem sido, por milhares de anos, escravos de outros brancos, na Europa, e de senhores negros, na África, perdeu-se nas brumas da Idade Média (ver Painter, 2010:34-39). Na era moderna, a imagem do homem branco como agente da civilização fez esquecer o escravo branco da Antiguidade e da Alta Idade Média. Desde o século 16, com clímax no século 19, a condição de antigo escravo e de novo pobre parece ser exclusiva daqueles de pele escura.*